

# GDF ganha oxigênio que não pediu à Saúde

Antonio Caraballo

Quando o ministro Alcení Guerra, da Saúde, mandou fazer uma completa auditoria nas licitações e convênios da Pasta, de baixo de uma chuva de denúncias de irregularidades, incluiu a investigação do fornecimento de usinas de oxigênio aos hospitais do Inamps e conveniados, exclusivamente por uma empresa de propriedade justamente do primo do diretor do órgão que autorizava tais operações. Os auditores fizeram um rápido levantamento e concluíram que não havia do que suspeitar. Errado. Bastaria que eles examinassem o convênio feito em maio último entre o Inamps e a Secretaria de Saúde do Distrito Federal para verificar como o fornecimento de uma dessas usinas foi "plantado" nesse repasse de verbas, sem que o secretário Jofran Frejat tivesse pedido.

Em 9 de abril, Frejat mandou o escritório ao diretor do Departamento do Sistema Único de Saúde (SUS/DF), Carlos Alberto Ferri, diretor do Inamps. Ele fazia referência a entendimentos mantidos e formalizava pedido de apoio financeiro para implantar os "projetos anexos": informatização da área médica e capacitação de recursos humanos na Fundação Hospitalar do DF. No dia 16 de maio, Ferri encaminhou memorando ao diretor do Departamento de Administração e Finanças do Ministério da Saúde, Augusto Viveiros, pedindo a elaboração de convênio com a Secretaria de Saúde de Brasília, para atender o pleito de Frejat.

**Acréscimo** — Para a informatização foram destinados Cr\$ 500 milhões. O projeto de treinamento ganhou Cr\$ 87,5 milhões. Total de Cr\$ 587,5 milhões? Errado. Sem que a Secretaria tivesse pedido, Ferri colocou um terceiro item no pedido de verbas: recursos de Cr\$ 325 milhões para equipamentos "com uma usina de produção de oxigênio por peneira molecular". Usina que o Inamps só admitia comprar da empresa Engenheiros Associados Ferri Ltda, até que parecer da Procuradoria Geral da República derrubou o estranho entendimento do órgão, atribuindo exclusividade de fornecimento à firma do primo do diretor.

Um termo aditivo (nº 10) ao convênio SUS nº 01/91 foi assinado entre o Ministério da Saúde

(Inamps) e o Governo do Distrito Federal (Secretaria de Saúde), formalizando o repasse de recursos, para as finalidades indicadas no documento. Explicação de assessores diretos do secretário Jofran Frejat para a aceitação do acréscimo (a usina de oxigênio): não haveria por que e nem como separar os itens pedidos do tópico acrescentado, já que os recursos eram todos do Inamps. Tradução livre, na expressão de um desses auxiliares: a cavalo dado não se olham os dentes, principalmente porque se pode levar uma mordida.

A simples comparação das cópias do ofício de Jofran Frejat pedindo os recursos e do memorando do diretor do SUS ao encarregado de administração e finanças deixa claro o enxerto do item "usina de oxigênio". Pena que os auditores não tivessem notado.

**Auditoria** — Com a denúncia da compra sem licitação das usinas de oxigênio, o ministro Alcení Guerra determinou o afastamento de Carlos Augusto Ferri da diretoria do Inamps e a abertura de uma auditoria interna. A sindicância concluiu que "a despeito do parentesco entre Carlos Alberto Ferri e o representante da firma Engenheiros Associados Ferri Ltda., não foram constatados prejuízos financeiros para o Inamps, nem, pelo que se pôde apurar, qualquer desvio de conduta no trato do interesse público por parte do diretor de Assistência à Saúde do Inamps".

Para concluir que a diretoria do Inamps "posicionou-se dentro do princípio da legalidade" os auditores basearam-se no fato de que já havia sido adquirida uma usina de oxigênio para o Hospital Presidente Médici, no Distrito Federal, durante o governo anterior, feito com dispensa de licitação pelo reconhecimento de que apenas uma empresa a fabricava.

No final de 1990, o Inamps comprou usinas para mais três hospitais: Andaraí, Bonsucesso e Servidores, todos no Rio de Janeiro. Como resultado dessas aquisições, os auditores citam as informações de três dos quatro hospitais beneficiados de economizarem Cr\$ 88 milhões e 500 mil mensais nos gastos com oxigênio. É omitida a situação do Hospital de Bonsucesso. Omitem, também, qualquer consideração à prestação com que o diretor se empenhava em comprar usinas não solicitadas.

## Frejat só queria verbas para informatização e RH

FAC-SÍMILE

**DISTRITO FEDERAL**

O.E.  
N.º 208 / 91-CAB/SES

Brasília, 09 de abril de 1991.

Senhor Diretor,

Conforme entendimentos, transmito a Vossa Senhoria os projetos anexos, objetivando a informatização da área médica, bem como a capacitação de recursos humanos na Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Outrossim, solicito a Vossa Senhoria seja estuda a possibilidade de destinar recursos financeiros para viabilizar a execução dos projetos, tendo em vista a impossibilidade da Instituição arcar com o ônus pertinente.

Agradecendo pela atenção, aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

*[Assinatura]*  
Deputado JOFRAN FREJAT  
Secretário de Saúde

Ilustríssimo Senhor  
Doutor CARLOS ALBERTO FERRI  
Digníssimo Diretor do Departamento  
do Sistema Único de Saúde - SUS/DF  
Ministério da Saúde

N E S T A  
CD/cmp

DESD-4005

1.000 BLS 100X1 03/90

■ O Sistema Único de Saúde (SUS) funciona através dos convênios celebrados entre o Ministério da Saúde e o Inamps de um lado, e do outro os governos estaduais. O esquema implica num convênio-mãe, numa estranha coincidência conhecido na administração como convênio-guarda-chuva. A esses convênios são acrescentados termos aditivos, igual e formalmente assinados pelo ministro da Saúde, presidente do Inamps, governador do Estado e secretário de Saúde, cada vez que são necessários novos recursos para fazer face a aumentos de despesas com custeio e investimentos em projetos novos. Os termos aditivos são, em geral, propostos pela Secretaria Estadual de Saúde, a quem compete administrar os recursos do SUS. Foi o que aconteceu na destinação de recursos para aquisição de uma usina de processamento de oxigênio para o Distrito Federal. Só que o secretário Jofran Frejat não solicitou recursos para isto, sua solicitação compreendia apenas um projeto de informatização e treinamento de pessoal. Carlos Alberto Ferri, ao encaminhar o pedido, acrescentou as verbas para a aquisição da usina de produção de oxigênio.

FAC-SÍMILE

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

MEMO Nº 21

Em, 16 / 05 / 91

DO: Diretor do Departamento do SUS/PRÓ SAÚDE

AO: Diretor do Departamento de Administração e Finanças

Solicitamos dessa Diretoria a elaboração de convênio com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, tendo por objeto do mesmo o repasse de recursos financeiros para a informatização da Rede Assistencial do distrito federal com priorização das centrais de marcação de consultas e vagas hospitalares, equipamentos para o Hospital de Base de Brasília com uma Usina de Produção de Oxigênio por Peneira molecular. Treinamento de Recursos Humanos da Rede Assistencial com objeto de melhorar e humanizar o atendimento à população do Distrito Federal, de acordo com plano de aplicação em anexo, no valor total de Cr\$ 912.500.000,00 (novecentos e doze milhões e quinhentos mil cruzeiros) a ser liberado em quatro (04) parcelas de acordo com especificação abaixo:

Informatização	- Cr\$ 500.000.000,00
Equipamentos	- Cr\$ 325.000.000,00
Treinamento	- Cr\$ 87.500.000,00
<b>T O T A L</b>	<b>- Cr\$ 912.500.000,00</b>

**Convênio**  
**PRÓ - SAÚDE**

*[Assinatura]*  
Dr. Carlos Alberto Ferri  
Diretor do Departamento do Sistema Único de Saúde/SNAS/MS

17/05/91  
CHUVA

INAMP  
SUS  
507450

■ Foi através do Memo 21, de 16 de maio deste ano, que o diretor do Departamento do Sistema Único de Saúde, Carlos Alberto Ferri, solicitou ao diretor do Departamento de Administração e Finanças do Inamps, Augusto Garcia de Viveiros, a elaboração do termo aditivo ao convênio do SUS com o GDF para atender à solicitação do secretário de Saúde, Jofran Frejat. Sua solicitação resultou no termo aditivo de número 10 ao convênio SUS número 01/91. Ele não se limitou a atender o pedido do GDF. Acrescentou mais Cr\$ 325 milhões para aquisição de equipamentos para o Hospital de Base do Distrito Federal. Esses equipamentos eram uma usina de produção de oxigênio por peneira molecular, coincidentemente produzidos pela empresa Engenheiros Associados Ferri Ltda. O pedido de Cr\$ 587 milhões e 500 mil foi, assim, ampliado para Cr\$ 912 milhões e 500 mil, numa inesperada prodigalidade de recursos públicos diante das dificuldades com que se debate todo o sistema de atendimento médico-hospitalar público no País, com atrasos de pagamento aos hospitais conveniados e até mesmo com falta de alimentos nos hospitais públicos.